

VISÃO DO CORREIO

Escravidão contemporânea mantém viva a luta de Zumbi

Hoje, quando relembramos a coragem e a luta de Zumbi dos Palmares contra a escravidão dos negros, sequestrados pelos colonizadores em várias regiões do continente africano, a homenagem está contaminada pela frustração de constataremos que, em pleno século 21, há segmentos da economia nacional desprovidos de respeito e humanidade com os que vivem em situação de penúria nas cidades ou no meio rural.

Desde 1995, quando teve início a fiscalização do trabalho análogo à escravidão, mais de 65 mil pessoas foram resgatadas pelas equipes de auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. A exploração hedionda da mão de obra dos que vivem em situação de miséria decorre da perversa combinação de ganância e desumanização de seus iguais, depreciados devido à cor da pele e à manutenção dos padrões feudais. Mais de 80% dos escravos contemporâneos, resgatados pelos auditores-fiscais, são negros.

Mais de um século depois da abolição da escravidão (135 anos), os empresários e patrões ignoram a Constituição de 1988, a legislação trabalhista e, propositalmente, os direitos humanos. Adolescentes, adultos e idosos têm sido vítimas dessa aberração no país. Na lista de atualização semestral, entre 2020 e 2025, foram resgatados 1.530 trabalhadores, a maioria deles explorados em pecuária de corte, cultivo agrícola e serviços domésticos.

Na última atualização do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à

de escravo, em outubro deste ano, 685 empregadores foram autuados e inseridos na Lista Suja do Trabalho Escravo. O maior número de resgatados em 2024 foi em Minas Gerais, com 500 trabalhadores, seguido de São Paulo, com 46, e da Bahia, com 198. No Distrito Federal, foram libertados 29 trabalhadores em condições degradantes — 23 em uma granja e seis em depósitos de carvão.

As punições financeiras e de privação da liberdade, fixadas pelos tribunais, têm sido insuficientes para inibir essa modalidade de exploração. O Brasil foi um dos últimos países da América do Sul a romper com o trabalho escravo, em 1888, por meio da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, que não previu nenhuma reparação aos negros escravizados.

Em mensagem ao **Correio**, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, avalia que, a partir da última reforma trabalhista e a liberação exacerbada e generalizada da terceirização e, mais recentemente, do que se chama pejotização, deu-se início um processo que produz a precariedade dos elos de produção. Todos dessa cadeia buscam ter lucro, o que culmina no trabalho análogo à escravidão. “Nós precisamos que a sociedade ajude, porque finalizar com isso não é só um trabalho de governo, do Ministério de Trabalho e Emprego, é de toda a população, de toda a sociedade”.

Denunciar a exploração de pessoas vulneráveis é um ato de cidadania, de respeito à vida, de combate à violência e às deprimentes injustiças sociais que envergonham o país.



**CIDA BARBOSA**  
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Conscientização tem de ser ampla

O projeto de lei que aumenta as penas para crimes sexuais contra crianças e adolescentes — aprovado na semana passada no Senado e à espera de sanção pelo presidente da República — também determina que União, estados e municípios, em conjunto com órgãos de segurança pública, adotem ações de combate a castigos físicos e tratamento cruel e degradante, tão comuns no Brasil para “educar” meninos e meninas.

O texto prevê campanhas educativas, direcionadas a escolas, unidades de saúde, entidades esportivas, entre outros. Fundamental, sim. E o trabalho de conscientização sobre o direito de crianças e adolescentes a uma educação positiva tem de ser amplo, começando junto às famílias. Os abusos acontecem, na imensa maioria das vezes, em casa, um local que deveria ser de proteção e afeto.

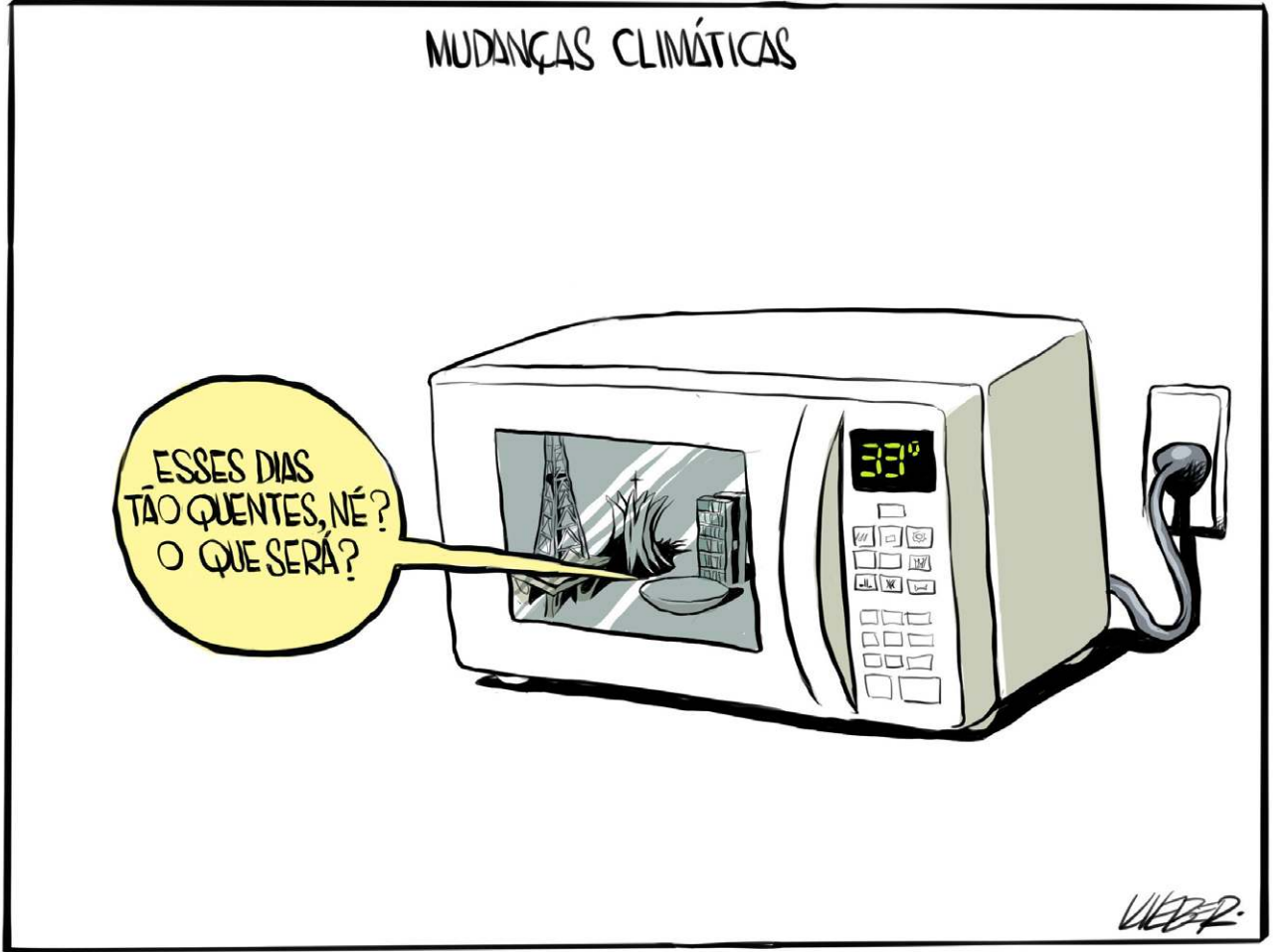
Somos um país em que persiste a hedionda cultura de espancar e humilhar meninos e meninas para “corrigi-los”. Há a concepção de que pais ou responsáveis têm a prerrogativa de agredir, de impor tratamento degradante para “disciplinar”.

Crianças e adolescentes sendo machucados é um problema público, não privado. Urge acabar com a invisibilidade dessa violência, implementar

políticas públicas efetivas para combatê-la. Todos nós — Estado, sociedade e família — temos de nos engajar nesse enfrentamento. Meninas e meninos têm o direito de brincar e de desenvolver plenamente suas capacidades. Têm de ser respeitados, especialmente no processo educacional. São cidadãos, não propriedades das famílias.

A Lei Menino Bernardo, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que meninos e meninas “têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”. Direito que, para um sem-número deles, está a anos-luz de ser respeitado. A rotina que enfrentam é de dor e humilhação.

Os abusos físicos e psicológicos ferem a dignidade e podem impactar a saúde física e mental de crianças e adolescentes pelo resto da vida. Mesmo assim, neste país, continuamos a normalizar a crueldade. Até quando vamos fechar os olhos para tanto sofrimento?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

Consciência negra

Dia 20 de Novembro é uma data para lembrarmos o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares. A Lei 12.519/2011 instituiu o Dia da Consciência Negra, e a Lei 14.759/2023 transformou a data em feriado nacional. Esses foram passos iniciais e simbólicos diante dos muitos que ainda precisamos dar na busca pela igualdade racial em uma nação que, ironicamente, tem o pluralismo cultural como marca presente. Ainda há muito a avançar.

Hoje, por exemplo, o mercado de trabalho dá a entender que existe uma métrica para aferir a capacidade profissional baseada na raça e no CEP das pessoas. O caminho é longo e passa pelo reconhecimento do racismo estrutural em nossa sociedade. Há também uma questão de enorme simbolismo, cuja superação poderá trazer efeitos extremamente positivos: a eliminação, do nosso dia a dia, de expressões que, por muito tempo, se mascaravam como meras brincadeiras inofensivas, mas sempre carregaram forte conotação de segregação racial. A saber, algumas delas: “lista negra”, “mercado negro”, “humor negro”, “mancha negra”, “a coisa tá preta”, “página negra da história”, “magia negra”, “serviço de preto”, “dia de branco”, “inveja branca”, “preto de alma branca”, “zona negra”, entre outras. Que o Dia da Consciência Negra seja uma data para frearmos práticas sociais discriminatórias. Nunca foi “mimimi”!

» **Daniel Cunha**  
Águas Claras

Chanceler alemão

Afinal, o que o chanceler Alemão, Friedrich Merz, veio fazer no estado do Pará? Que-ria mesmo é apreciar, da janela do avião, a imensidão e a beleza de nossa floresta? Enquanto o príncipe da Inglaterra plantou uma árvore, com dignidade e as próprias mãos, enfatizando amor pela natureza, esse senhor ao qual me refiro plantou o ódio, mas não no chão do Brasil, porque esse sentimento germinou em seu próprio ser, e não em terras brasileiras!

Saiba, senhor chanceler, que seu rancor e sua grosseria não demonstram apenas a sua crueldade e o seu desprezo pela natureza, mas a sua ignorância que irá derrotá-lo por meio do holocausto climático que ajudou a plantar. Lembro o que o ilustre filósofo alemão Immanuel Kant disse: “o ser humano é aquilo que a educação faz dele”.

» **Eliane M. de Castro Rocha**  
Asa Norte

Muita fobia

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, disse que os preços da carne bovina estão altos porque os imigrantes estão atravessando as fronteiras trazendo seu gado, e não por causa das tarifas. A declaração — absurda — foi dada a um canal de televisão estadunidense. E aqui não se tratou de uma frase infeliz, mas de uma categórica afirmação. Já não bastassem os ataques xenofóbicos dos EUA, agora teremos também a bovinofobia para “enriquecer” o debate sobre as tarifas impostas por Donald Trump.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**  
Santos (SP)

Céu de Brasília

Na edição do **Correio Braziliense** do último dia 14, o craque Silvestre Gorgulho destacou Anísio Teixeira e revelou que ainda tem um sonho grandioso: tombar o céu de Brasília. Edificante missão. O céu de Brasília é parceiro do amor. É brejeiro e abrangente. Tem as flores do paraíso. O céu de Brasília carrega esperanças. Ilumina coloridos Ipês, árvores frutíferas e flamboyants. O céu de Brasília humaniza quadras, eixos e pontes. Alegria crianças. Tem o dom da suavidade. O céu de Brasília tem a fortaleza dos bons. Tem a perfeição dos anjos. O céu de Brasília escuta a ternura dos passos e beijos dos namorados. Protege idosos com carinho juvenil. Brilha na alma.

» **Vicente Limongi Netto**  
Asa Sul

Editora: Carmen Souza // [carmensouza.df@dabr.com.br](mailto:carmensouza.df@dabr.com.br)  
[opiniao.df@dabr.com.br](mailto:opiniao.df@dabr.com.br) || **3214-1157**

**Desabafos**

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Relação suspeita entre o GDF e o Banco Master: Acordei mais desconfiado e preocupado que correntista do BRB.

**Abraão F. do Nascimento** — Águas Claras

E aí, senhores deputados que apoiaram a compra do Banco Master, como fica a imagem de vocês perante aos eleitores? Em 2026, faxina geral na CLDF.

**Sebastião Machado Aragão** — Asa Sul

Uma fraude bilionária é uma escolha consciente de quem prioriza o lucro sobre a responsabilidade. Os R\$ 12 bilhões não desapareceram por si, mas foram sugados pela ganância e pela falta de controle. A liquidação do Banco Master é o retrato de um sistema vulnerável.

**Pacelli M. Zahler** — Sudoeste

PL Antifacção: a extrema-direita fez um terrorismo para, enfim, não incluir terrorismo.

**Vital Ramos de Vasconcelos Júnior** — Jardim Botânico

Respeito não tem cor, tem consciência. Igualdade, justiça e respeito são um direito!

**José R. Pinheiro Filho** — Asa Norte

Atacadistas estão animados para as vendas de Natal. Vai ser igual à Páscoa: um panetone custando um salário mínimo!

**Antônio Rodrigues** — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houvera, lá chegará”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A. Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;  
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.dapress.com.br](http://www.dapress.com.br)